

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga

CNPJ nº 61.699.567/0048-56  
Nota do Administrador



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM até 30.04.2020. São Paulo, 28 de fevereiro de 2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.464.785,59</b>	<b>5.843.741,24</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>8.464.785,59</b>	<b>5.843.741,24</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1/3.2)	2.912.440,34	1.256.380,51	Fornecedores (Nota 3.9)	61.886,26	66.857,88
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	11.592,98	1.633,48	Serviços de Terceiros P. Jurídica (Nota 3.10)	79.402,00	153.194,40
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	2.900.847,36	1.254.747,03	Serviços de Terceiros P. Física (Nota 3.10)	-	4.052,82
Valores a Receber (Nota 3.3)	5.503.942,50	4.467.211,78	Salários a pagar (Nota 3.11)	112.655,00	156.949,36
Secretaria Direitos Pessoa com Deficiência (Nota 3.3.1)	5.503.942,50	4.005.168,84	Contribuições a recolher (Nota 3.12)	34.630,54	42.107,81
Valor Estimado - Rescisão de Contrato	-	462.042,94	Provisão de férias (Nota 3.13)	95.107,80	226.928,23
Outros Créditos (Nota 3.4)	27.564,78	88.800,82	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	7.599,54	18.110,86
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	27.564,78	24.038,51	Provisão de PIS sobre férias	-	2.269,28
Antecipação de Férias	-	64.762,31	Estimativa de Rescisão Contratual	-	462.042,94
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.4.2)	3.930,13	3.555,34	Impostos a recolher (Nota 3.14)	44.641,26	52.771,57
Prêmios de seguros e outros a vencer	3.930,13	3.555,34	Obrigações Tributárias (Nota 3.15)	6.904,92	14.270,88
Estoques (Nota 3.5)	16.907,84	27.792,79	Outras contas a pagar (Nota 3.16)	-	3.338,24
Material utilizado no setor de nutrição	4.178,72	8.736,98	Valores Transitáveis	236,49	-
Material utilizado no setor de farmácia	150,52	806,96	Contratos Públicos a Realizar (Nota 3.17)	8.014.036,51	4.637.356,16
Material de almoxarifado	12.578,60	18.248,85	Estrutura SPDM	7.685,27	3.490,81
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>15.640.758,98</b>	<b>1.124.609,23</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>15.640.758,98</b>	<b>1.124.609,23</b>
Realizável a Longo Prazo (Nota 3.6)	14.152.995,00	-	Imobilizado - Bens de terceiros (Nota 3.8)	1.514.418,37	1.514.418,37
Valor Estimado-Rescisão de Contrato (Nota 3.7)	384.902,04	-	Ajustes vida útil econômica - Bens móveis (Nota 3.8.1)	(411.556,43)	(284.142,83)
Contratos Públicos a Receber	-	-	Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.7)	384.902,04	-
Ativo Imobilizado-Bens de Terceiros (Nota 3.8)	1.102.861,94	1.124.609,23	Contratos Públicos a Realizar	14.152.995,00	-
Imobilizado - Bens de Terceiros	1.514.418,37	1.408.752,06	<b>Total do Passivo</b>	<b>24.105.544,57</b>	<b>6.968.350,47</b>
Ajuste vida útil econômica bens móveis - CTI (Nota 3.8.1)	(411.556,43)	(284.142,83)	<b>Patrimônio Líquido (Nota 5)</b>	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>24.105.544,57</b>	<b>6.968.350,47</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>24.105.544,57</b>	<b>6.968.350,47</b>
<b>Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>			<b>Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>1 - Receitas</b>	<b>5.814.306,59</b>	<b>9.977.130,94</b>
Resultados do exercício/período	-	-	1.1) Prestitação de serviços	4.990.015,85	9.671.792,01
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	1.2) Outras Receitas	-	52,80
Depreciação e amortização	-	-	1.3) Isenção usufruída sobre contribuições de terceiros	824.290,74	305.286,13
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-	<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>1.918.967,01</b>	<b>5.715.631,76</b>
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-	2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	37.219,59	82.759,98
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.719.534,58	4.538.369,12
(Aumento) Redução em contas a receber	(1.036.730,72)	1.902.115,33	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	108.626,31	1.032.097,22
(Aumento) Redução outros créditos	(14.476.661,00)	3.443.610,92	2.4) Outros	53.586,53	62.405,44
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(374,79)	496,76	<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>3.895.339,58</b>	<b>4.261.499,18</b>
(Aumento) Redução em estoques	10.884,95	(5.791,48)	<b>4 - Retenções</b>	-	-
Aumento (Redução) em fornecedores	(78.764,02)	(66.308,15)	<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>3.895.339,58</b>	<b>4.261.499,18</b>
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de Gestão	17.914.577,39	(9.509.157,30)	<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>112,00</b>	<b>3.063,43</b>
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(676.871,98)	144.993,57	6.1) Receitas financeiras	112,00	3.063,43
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(21.747,29)	927.613,28	<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>3.895.451,58</b>	<b>4.264.562,61</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>1.634.312,54</b>	<b>(3.162.427,07)</b>	<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>3.895.451,58</b>	<b>4.264.562,61</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	8.1) Pessoal e encargos	3.022.547,82	3.164.588,92
(-) Adição de Bens de Terceiros	21.747,29	(927.613,28)	8.2) Impostos, taxas e contribuições	10.360,01	672.657,72
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>21.747,29</b>	<b>(927.613,28)</b>	8.3) Juros	11,98	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	8.4) Aluguéis	38.241,03	122.029,84
Empréstimos tomados	-	-	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	824.290,74	305.286,13
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-	8.6) Lucros retidos/prejuízo do período	-	-
Juros pagos por empréstimos	-	-			
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>			
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.656.059,83	(4.090.040,35)			
No início do período	1.256.380,51	5.346.420,86			
<b>No final do período</b>	<b>2.912.440,34</b>	<b>1.256.380,51</b>			
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 2018</b>					
<b>Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras:</b> A Entidade, <b>SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina</b> é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma Instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. <b>Características da Unidade Gerenciada:</b> O Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga (CTI) é um projeto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. Inaugurado em 10.12.2013 o CTI desenvolve atendimentos voltados para pessoas com deficiência física, mental, intelectual e sensorial, e de seus familiares. O Centro se posiciona como um espaço inovador, polo de desenvolvimento tecnológico, de conhecimento, qualificação e formação profissional de recursos humanos, com estratégias inovadoras, estabelecendo parcerias e alianças, compartilhando competências e viabilizando nessas relações intersensoriais a convergência entre os atores sociais, para um efetivo desenvolvimento do processo de inclusão. A partir da Resolução SEDPCD nº 09, de 13.11.2013, iniciou-se a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em 10 de dezembro de 2013, a SPDM firmou com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Contrato de Gestão nº 035/2013 - Processo nº 138803/2013, e as atividades foram iniciadas em 18.08.2014. A partir da Resolução SEDPCD nº 11, de 14.12.2018, foi celebrado um novo contrato de gestão entre a SPDM e a SEDPCD. Em 20 de dezembro de 2018 a SPDM celebrou, com a SEDPCD, Contrato de Gestão 001/2018 - Processo nº 1780771/2018, para gerenciar os processos e atividades do Centro de Tecnologia e Inovação da rede Lucy Montoro, com duração de 60 (sessenta) meses, tendo início em 01 de janeiro de 2019, com valor global de R\$ 37.926.648,00 (Trinta e sete milhões, novecentos e vinte e seis mil e seiscentos e quarenta e oito reais). Em 21 de outubro de 2019 foi assinado o 1º Termo Aditivo ao CG 001/2018, reduzindo em 31,5% o valor global do contrato, para R\$ 25.978.045,50 (Vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais) e apresentando o novo plano de trabalho. <b>1- Imunidade Tributária:</b> A SPDM enquadrar-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 834/16 do Ministro da Saúde, a SPDM encontra-se certificada junto ao CEBAS- SAÚDE conforme Processo nº 25000.153024/2014-03MS. Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado, o qual aguarda deferimento através do Processo nº 25000.463598/2017-21. Em 01.11.2013 a SPDM foi qualificada como organização social da área de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, através do despacho do secretário de 31.10.2013 conforme Processo SEDPCD-70227/2013, de modo a habilitar-se à celebração de contratos de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observadas na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as recomendações contidas nos referidos pareceres e manifestações. <b>2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:</b> Desde 2014, na elaboração das demonstrações financeiras a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estru-					

continua >

► **continuação 3.8.1 - Ajuste vida útil econômica - Bens Móveis:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens móveis de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas

anuais divulgadas em nota explicativa, de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

**Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2019**

Descrição	Posição em 31/12/2018	Baixa	Ajuste de vida útil (127.413,60)	Posição em 31/12/2019	Taxas anuais médias de Ajuste %
<b>Ajuste do Valor Econômico Acumulada de Bens Móveis de Terceiros Bens Móveis</b>	<b>(284.142,83)</b>	-	<b>(127.413,60)</b>	<b>(411.556,43)</b>	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(42.978,98)	-	(87.016,55)	(129.995,53)	10
Equipamentos Processamento de dados	(161.808,61)	-	(50.495,48)	(212.304,09)	10
Mobiliário em Geral	(36.526,33)	-	(5.601,34)	(42.127,67)	10
Máquinas Utens e Equip Diversos	(32.428,54)	-	19.614,04	(12.814,50)	10
Aparelhos e Equip Comunicação	(936,26)	-	(3.131,77)	(4.068,03)	10
Aparelhos e Utens Domésticos	(6.163,36)	-	316,75	(5.846,61)	10
Softwares	(3.300,75)	-	(1.099,25)	(4.400,00)	20
Total do Ajuste de vida útil Acumulado	<b>(284.142,83)</b>	-	<b>(127.413,60)</b>	<b>(411.556,43)</b>	

**3.9 - Fornecedores:** Os valores contabilizados em Fornecedores são os relativos a compras efetuadas a prazo, ou seja, para pagamento futuro. A unidade gerenciada contabiliza na conta de Fornecedores o valor de R\$ 61.886,26 (Sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos), referente a aquisição de materiais de consumo, estoque, bens e outros. **3.10 - Serviços de terceiros:** Os valores contabilizados em Serviços de Terceiros são as obrigações decorrentes da prestação de serviços, seja por pessoa física ou jurídica. O saldo de R\$ 79.402,00 (Setenta e nove mil, quatrocentos e dois reais), contabilizado nessa conta representa prestadores de serviço pessoa física e jurídica. **3.11 - Salários a Pagar:** Representa os salários devidos aos empregados e outros direitos adquiridos por lei (CLT). De acordo com a CLT, art. 157, § 1º - Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953). **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.13 - Provisões trabalhistas:** Segundo pronunciamento do CPC PME (R1), Seção 21, a entidade deve reconhecer uma provisão apenas quando: (a) A entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de evento passado; (b) É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para liquidação; (c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável. A entidade tem como prática provisionar os valores referente a férias, 13º salário e encargos.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de Férias	95.107,80	226.928,23
Provisão de FGTS sobre Férias	7.599,54	18.110,86
Provisão de PIS sobre Férias	-	2.269,28

**3.14 - Impostos a Recolher:** O saldo desta conta representa os valores referentes à retenção na fonte de Imposto de Renda (IR) pessoa física, de competência federal, sobre os salários ou rendimentos de funcionários e prestadores de serviço pessoa física, e a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços (ISS), de competência municipal, sobre os rendimentos de prestadores de serviço pessoa física. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. O saldo final a pagar em 2019 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 6.904,92 (Seis mil, novecentos e quatro reais e noventa e dois centavos).

**3.16 - Outras contas a pagar:** De acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e também a Resolução CFC nº 1.180/09, as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor. Estão incluídas também nessa conta outras obrigações e passivos que não constam de contas específicas e são pouco comuns ou esporádicas para a empresa. **3.17 - Convênios / Contratos públicos a realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R2) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2019 representa R\$ 8.014.036,51 (Oito milhões, quatorze mil e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos) e a longo prazo representa 14.152.995,00 (Quatorze milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e cinco reais).

**3.18-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19-Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. A unidade gerenciada não possui processos cíveis, trabalhistas ou tributários com probabilidade provável ou possível que pudessem contribuir para a constituição de provisão ativa, passiva ou notas explicativas para o exercício de 2019.

**3.20-Outros Ativos e Passivos:** Corresponde a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4-Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1-Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no re-

conhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2019 tais valores representam o montante de R\$ 41.742,00 (Quarenta e um mil, setecentos e quarenta e dois reais). **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os valores dos custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e as despesas operacionais estão relacionadas aos setores administrativos e foram segregados e classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3-Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios/contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2019, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais, conforme quadro abaixo:

**CNPJ nº 61.699.567/0048-56**

Repasso Custeio	R\$
Contrato 035/2013 - Centro de Tecnologia e Inovação	500.648,33
Contrato 001/2018 - Centro de Tecnologia e Inovação	6.321.108,00
<b>Total</b>	<b>6.821.756,33</b>

**5 - Patrimônio Líquido:** A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2018 e 2019. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R2 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 6.821.756,33 (Seis milhões, oitocentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 41.854,00 (Quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais), e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 4.960.606,19 (Quatro milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e seis reais e dezesseis centavos), encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 1.903.004,14 (Um milhão, novecentos e três mil, quatro reais e quatorze centavos). **7 - Das Disposições da Lei 12.101/09:** Para fins de atendimento da Lei nº 12.101 de 27.11.2009 (Art. 18 Par.2, Inc. I), alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 e comprovação dos serviços prestados ou ações socioassistenciais, no atendimento e promoção da pessoa com deficiência e na sua inclusão, sem exigência de contraprestação aos usuários, de forma articulada ou com ações educacionais ou de saúde. O CTI Ipiranga apresentou no ano de 2019 os seguintes dados de atendimento:

Produção 2019		
Serviço	Linha de Atendimento	2019
Nº de Usuários Novos (Matriculados)	Número de Usuários	2.075
Nº de Usuários Novos Deficientes	Número de Usuários	361
Nº de Usuários Novos Não Deficientes	Número de Usuários	1.714
Poeta Acessível	Nº de Pessoas Atendidas	1.914
Moda Inclusiva	Nº de Pessoas Atendidas	1.597
Libras	Nº de Pessoas Atendidas	1.684
Habilitação Órtese e Prótese	Nº de Alunos	15
Curso de Cuidadores Presencial	Nº de Pessoas Atendidas	283
Curso de Cuidadores Ead	Nº de Pessoas Atendidas	34
Manutenção de Cadeira de Rodas	Nº de Pessoas Atendidas	171
Showroom	Nº de Pessoas Atendidas	163
Central de Libras	Nº de Pontos Disponibilizados	4
Banco de Talentos	Nº de Cadastros	231

**8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão**

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019		
Linha de Contratação	Total janeiro a outubro	
	Contratado	Realizado
<b>Atendimentos</b>		
Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Star Up	1/Ano	0
Marketing Pessoal e Social	20/Quadrimestre	324
Moda Inclusiva	100/Mês	498
Poeta Acessível	50/Mês	1.905
Banco de Talentos	10/Mês	171
Mentoria	2/Mês	4
Reconhecimento das Melhores Práticas para Inclusão de Trabalhadores com Deficiência	1/Ano	0
Curso de Libras	80/Bimestre	1.148
Habilitação Profissional de Técnicos de Órteses e Próteses	25/Ano	150
Curso de Cuidadores Ead	100/Trimestre	0
Curso de Cuidadores Presencial	20/Mês	283
Manutenção de Cadeira de Rodas	8/Mês	137
Fortalecimento dos Gestores das Organizações Sociais Relacionadas à Causa da Pessoa com Deficiência (Gestão nas Organizações Sociais)	12/Quadrimestre	0

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir.

**Dra. Yumi Kaneko - Diretora Técnica** intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas

Programa de Apoio às Ações de Inclusão	1/Mês	107
Showroom de Tecnologia Assistiva	20/Mês	163
Tecnologias Assistivas para Reabilitação (Robô)	10/Ano	5
Projeto Inovador de Fornecimento e Manutenção de Produtos Assistivos	30/Últimos 4 Meses do Ano	0
Programa Exponencial de Aceleração da Assistência Por Mediação Digitais e Tecnologia de Informação e Comunicação	10/Último 2 Meses	0
Central de Libras	Na	4
Leitura Fácil	10/Ano	0
Implantação de Central de Informação, Gestão do Conhecimento e Comunicação da Rede de Reabilitação Lucy Montoro	Na	0

Considerando que foi celebrado 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2018, conforme assinado em 21 de outubro de 2019, a partir do mês de novembro descreveremos os serviços que vão compor o programa.

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019		
Linha de Contratação	Total novembro a dezembro	
	Contratado	Realizado
<b>Atendimentos</b>		
Moda Inclusiva	240/Ano	1.099
Programa de Apoio à Empregabilidade de Pessoa com Deficiência	Pessoas	600/Ano
	Empresas	50/Ano
Curso de Libras São Paulo	Parceira	Na
	Turmas	36/Ano
Curso de Libras Interior	Pessoas	480/Ano
	Turmas	20/Ano
Projeto Inclusão - Metrô	Pessoas	400/Ano
	Turmas	61
Projeto Inclusão - Metrô	1.500/Ano	0
Tênis de Mesa	Na	12
Tecnologias Assistivas para Reabilitação (Robô)	Na	5

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2019		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	6.821.756,33	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	41.854,00	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>6.863.610,33</b>	-
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	3.020.392,89	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	1.940.213,90	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>4.960.606,79</b>	-

**9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 824.290,74. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS sobre folha de pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2019, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 660.882,77. Em 2018, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 219.161,94. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2019 atingiu um montante de R\$ 5.066,50. Em 2018 o referido valor de receita totalizou R\$ 3.100,30. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 foi de R\$ 148.814,84. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2018, esse montante foi de R\$ 83.023,89. **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão abaixo. A unidade estima recuperar o montante de R\$ 97.079,11 pagos no período de 2014 a 2019 mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial a ser movido no primeiro semestre de 2020. **9.5 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93; em 2018 estes valores apurados foram de R\$ 2.249,89. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **11-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

**Denise Carmo de Almeida - Contadora - CRC 15P 289.563/0-7**

▶ **continuação** contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

## FUNDAÇÃO DO ABC - AME SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.571.275/0015-06

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em reais)

Balço Patrimonial	2019		2018		Demonstração de Superávit (Déficit)		Demonstração do Fluxo de Caixa	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>								
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.241.656</b>	<b>1.654.231</b>	<b>17.852.072</b>	<b>15.899.269</b>				
Disponível e Aplicações	914.149	1.345.190						
Créditos	-	-						
Estoques	327.507	309.041						
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>478.651</b>	<b>1.050.973</b>						
Realizável a Longo Prazo	2.030	-	17.770.896	15.603.624				
Imobilizado	476.621	1.050.973	61.010	186.582				
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.720.307</b>	<b>2.705.204</b>	20.165	109.063				
<b>Passivo</b>								
<b>Passivo Circulante</b>	<b>682.993</b>	<b>683.179</b>						
Empréstimos Bancários	-	-	<b>(18.257.876)</b>	<b>(16.848.009)</b>				
Fornecedores	224.312	232.424	(819.390)	(810.530)				
Obrigações com Pessoal	336.007	332.629	(9.572.161)	(8.666.860)				
Encargos Sociais	99.009	101.017	(7.389.404)	(6.767.218)				
Obrigações Acadêmicas	-	-	-	-				
Demais Obrigações	23.666	17.109	-	-				
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>93.028</b>	<b>97.583</b>						
Exigível a Longo Prazo	93.028	97.583	(6.106)	(8.213)				
Receita Antecipada	-	-	(389.313)	(376.092)				
<b>Patrimônio Constituído</b>	<b>944.286</b>	<b>1.924.442</b>						
Patrimônio Social	1.350.090	2.873.182	(81.501)	(219.094)				
Reserva de Reavaliação	-	-						
Ajuste da Variação Patrimonial	-	-						
Superávit/Déficit do Exercício	(405.804)	(948.740)						
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.720.307</b>	<b>2.705.204</b>	<b>(405.804)</b>	<b>(948.740)</b>				
As Notas Explicativas Integram as Demonstrações Financeiras.		As Notas Explicativas Integram as Demonstrações Financeiras.						

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Patrimônio Social	Reservas Reavaliação Imobilizado	Variação Patrimonial	Resultado do Exercício	Total Acumulado
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>2.658.843</b>	-	-	<b>788.691</b>	<b>3.447.534</b>
Ajustes patrimoniais	-	-	-	-	-
Amortização do Imobilizado	(574.352)	-	-	-	(574.352)
Superavit / (Déficit) do Exercício	-	-	-	(948.740)	(948.740)
Transferência do Resultado	788.691	-	-	(788.691)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>2.873.182</b>	-	-	<b>(948.740)</b>	<b>1.924.442</b>
Ajustes patrimoniais	-	-	-	-	-
Amortização do Imobilizado	(574.352)	-	-	-	(574.352)
Superavit / (Déficit) do Exercício	-	-	-	(405.804)	(405.804)
Transferência do Resultado	(948.740)	-	-	948.740	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>1.350.090</b>	-	-	<b>(405.804)</b>	<b>944.286</b>
As Notas Explicativas Integram as Demonstrações Financeiras.					

	1º Semestre		2º Semestre		Atividade Cirúrgica	Contratado		Realizado		%	Contratado		Realizado		%
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado						
<b>Consultas Médicas</b>						1.530	1.475	(3,59)	1.530	1.597	4,38				
Primeiras Consultas Rede	13.620	12.675	(6,94)	13.620	13.192	(3,14)	1.800	2.160	20,00	1.800	2.044	13,56			
Interconsultas	3.798	4.729	24,51	3.798	4.963	30,67	<b>3.330</b>	<b>3.635</b>	<b>9,16</b>	<b>3.330</b>	<b>3.641</b>	<b>9,34</b>			
Consultas Subsequentes	18.978	19.246	1,41	18.978	20.212	6,50									
<b>Total</b>	<b>36.396</b>	<b>36.650</b>	<b>0,70</b>	<b>36.396</b>	<b>38.367</b>	<b>5,42</b>									
<b>Consultas Não Médicas/Procedimentos</b>															
<b>Terapêuticos Não Médicos</b>															
Consultas Não Médicas	4.800	6.915	44,06	4.800	7.283	51,73									
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	4.200	3.736	(11,05)	4.200	4.084	(2,76)									
<b>Total</b>	<b>9.000</b>	<b>10.651</b>	<b>18,34</b>	<b>9.000</b>	<b>11.367</b>	<b>26,30</b>									

Luiz Mario Pereira de Souza Gomes - Presidente da Fundação do ABC

Helena Teixeira Passetto - Contador - CRC 1SP220769/O-9

## Gedepar Empreendimentos, Serviços e Participações S/A

CNPJ nº 18.710.692/0001-27

Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019 compreendendo o Balço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.

Balços Patrimoniais em 31 de dezembro (Em Reais R\$)		2019		2018		Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais R\$)		
Ativo	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>	<b>59.127.675</b>	<b>45.364.011</b>	<b>56.392</b>	<b>16.214</b>	<b>1.066.184</b>	<b>153.373</b>		
Disponível	59.126.367	45.364.011	24.374	1.276	(25.901)	(12.035)		
Caixa e Bancos	59.126.367	45.364.011	32.018	14.938	(4.330)	(573)		
Créditos	1.308	-			1.096.414	165.982		
Impostos a Recuperar	1.308	-			9.694.524	9.930.311		
<b>Não Circulante</b>	<b>166.771.723</b>	<b>156.484.880</b>	<b>172.251.109</b>	<b>152.613.780</b>	<b>10.760.707</b>	<b>10.083.684</b>		
Realizável a Longo Prazo	27.753.377	-	172.251.109	152.613.780	<b>(354.781)</b>	<b>(50.434)</b>		
Outros Créditos	26.155.000	-	269.385	-	9.694.524	9.930.311		
Controladas e Coligadas	1.598.377	-	171.981.724	152.613.780	<b>10.760.707</b>	<b>10.083.684</b>		
Investimentos	139.018.346	155.359.880	53.591.897	49.218.896	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(354.781)</b>	<b>(50.434)</b>	
Participações Societárias	139.018.346	155.359.880	17.432.001	17.432.001	Imposto de Renda	(256.103)	(35.495)	
Imobilizado	-	1.125.000	36.159.896	31.786.895	Contribuição Social	(98.677)	(14.938)	
Imobilizado Líquido	-	1.125.000			<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>10.405.926</b>	<b>10.033.250</b>	
<b>Total do Ativo</b>	<b>225.899.398</b>	<b>201.848.891</b>	<b>225.899.398</b>	<b>201.848.891</b>				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais R\$)					Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo de Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais R\$)		
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total	2019	2018
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>17.432.001</b>	<b>29.267.451</b>	<b>2.519.445</b>		<b>49.218.896</b>		
Resultado do Exercício	-	-	-	10.405.926	10.405.926	10.405.926	10.033.250
Distribuição de Dividendos	-	(6.032.925)	-	-	(6.032.925)	(926.548)	(1.202.386)
Constituição de Reserva	-	9.885.630	520.296	(10.405.926)	-	(1.308)	-
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>17.432.001</b>	<b>33.120.155</b>	<b>3.039.741</b>		<b>53.591.897</b>		

**Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro (Em Reais R\$)**

**1. Apresentação das demonstrações contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.

**2. Sumário das principais práticas contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1. Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2. Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.

**3. O Capital Social é de R\$ 17.432.001,00** representadas por 17.432.001 ações totalmente integralizadas.

Nesterson da Silva Gomes – Diretor

José Afonso – Contador CRC nº 1SP 045.694/O-0

**Parecer dos Auditores Independentes**

Aos Srs. Acionistas e Diretores da **Gedepar Empreendimentos, Serviços e Participações S/A**. 1) Examinei o Balço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da **Gedepar Empreendimentos, Serviços e Participações S/A** em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Embu Guaçu, 31 de Dezembro de 2019.

**Nelly Branco Sapede**  
Contador – Auditor – CRC 1SP 021.253/O-0.